

DESCOBRINDO O CEMITÉRIO DE MUCUGÊ

Cibele de Mattos Mendes¹

Resumo: *Este Projeto parte da observação de que o Cemitério de Santa Isabel, situado a noroeste da Cidade de Mucugê, no sopé de uma das elevações da Serra do Sincorá, tombado pelo IPHAN em 1980, possui um conjunto de mausoléus em alvenarias de pedra e /ou tijolos, revestidos de reboco e caiados, ornamentados com arcos e pináculos, semelhantes a miniaturas de igrejas e capelas, sendo denominado pela população de “Bizantino”; constituindo-se num rico acervo artístico representativo de práticas religiosas e sócio-culturais referentes às interpretações da morte, não suficientemente estudado nos meios acadêmicos, do que representa de preservação da memória visual da cidade de Mucugê, no quesito arte funerária.*

Palavras-Chave: Cemitério; Identidade; História

Esta pesquisa parte da observação de que o Cemitério de Santa Isabel, tombado pelo IPHAN em 1980, situado a noroeste da Cidade de Mucugê, no sopé de uma das elevações da Serra do Sincorá.

A cidade de Mucugê localiza-se numa latitude 13°00'19" sul e, a uma longitude 41°22'15" oeste, apresentando uma altitude de 983 metros, com um clima ameno de 19° C em média, ao ano. Encravada na Chapada Diamantina, em meio a grandes serras, grutas, abismos e rios, distando 458 km de Salvador. A população do município foi estimada em 2006, em 16.124 habitantes, com área de 2491,82 km². Seu nome é originário de uma fruta comum na região, servindo de alimento para os índios, o chamado mucugezeiro, que se encontra em extinção (*Couma rigida*).

Situada nos vales dos rios Paraguaçu e de Contas, e com território inteiramente incluído no “polígono das secas”, limita-se com os municípios de Andaraí, Barra da Estiva, Palmeiras, Piatã e Rio de Contas. Sua topografia é acidentada, atravessando a Cordilheira da Chapada Diamantina na parte da Serra de Sincorá.

A cidade de Mucugê está numa baixada entre serras da Chapada Diamantina, tendo em cada extremidade da rua principal uma igreja. O município possui duas igrejas e onze capelas. Mucugê passou a ser Comarca através do Decreto Lei n° 512, de 19 de junho de 1943.

Destaca-se por ter sido provavelmente o berço do ciclo do diamante na região, onde foram identificadas as primeiras pedras de diamante no rio Cumbuca, tornando a cidade um importante centro urbano com contato com a cultura européia. Nesta época, o município chegou a abrigar mais de 25 mil pessoas, cujos ocupantes eram sepultados no interior da Igreja de São João Batista.

¹ Museóloga e Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da UFBA. Professora Substituta de História da Arte e do Mobiliário da EBA/ UFBA. Aluna Especial Doutorado em História da FFCH/ UFBA. cibelemm@gmail.com

Por várias vezes, a cidade mudou de nome: Foi conhecida como Santa Isabel do Paraguaçu, depois como São João do Paraguaçu, mas preservou o nome de Mucugê, uma cidade pequena, compreendendo seis ruas principais, típicas de um local sem planejamento para o uso de veículos com rodas (FUNCH, 1997, p.114).

Oficialmente fundada em 1844 pouco tempo depois, passou a abrigar uma população flutuante de 12.000 pessoas, lideradas por senhores de grandes posses vindos de Minas e Europa com suas famílias e riquezas. Pessoas de vários locais do país e estrangeiros (árabes, judeus, franceses) misturavam-se com centenas de escravos vindos da África. Desmembrada da cidade de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, muda seu nome para Freguesia de São João do Paraguaçu, voltando se chamar Mucugê em 1917.

Na tentativa de controlar o caos da concentração urbana, os "homens importantes" da região (sempre os mais ricos) reuniam-se para discutir regras de crescimento e convívio social. Foram tentativas quase sempre frustradas de regular o tamanho das construções, as medidas usadas no comércio e até a limpeza das ruas. Quem atirasse lixo no chão, seria multado e preso por cinco dias.

Já na década de 1870 a exploração do diamante entra em crise, em parte pela descoberta de jazidas no sul da África, obrigando a região a buscar atividades alternativas. A criação de gado, explorada pelas tradicionais famílias locais, voltou a ser a principal fonte de renda de Mucugê, assim como o cultivo de café e cereais. Com a proibição oficial do tráfico de escravos, sua venda por preços até três vezes maiores também se tornou uma forma de compensar a escassez de diamantes.

Este crescimento descontrolado causou diversos problemas e dificuldades sociais. Em busca do rápido enriquecimento, valia a lei das armas e do dinheiro. Jagunços matavam em nome de seus senhores, sempre ávidos por terras, escravos e, conseqüentemente, diamantes. Na tentativa de controlar o caos da concentração urbana, os "homens importantes" da região (sempre os mais ricos) reuniam-se para discutir regras de crescimento e convívio social. Foram tentativas quase sempre frustradas de regular o tamanho das construções, as medidas usadas no comércio e até a limpeza das ruas (quem atirasse lixo no chão podia ser multado e preso por cinco dias).

A força e influência política dos coronéis ditavam as leis na cidade. Em 1926 foi a vez da Coluna Prestes, em campanha por todo território nacional, sentir a força das armas locais e ser expulsa da cidade.

No entanto, a primeira metade do século XX trouxe uma definitiva decadência econômica para a região, que registrou um enorme êxodo populacional. A solução imediata foi explorar os campos de Sempre-Viva, planta que tem cerca de 400 variações nos campos rupestres da região. Exportada em grandes quantidades para a Europa como artigo de decoração, chegou a estar ameaçada de extinção. Também a fauna da região foi muito prejudicada pela caça indevida nessa época.

O território deste município fez parte primitivamente, da vasta extensão territorial pertencente ao sargento-mor Francisco da Rocha Medrado, poderoso senhor de terras e escravos dos tempos provinciais, que estabeleceu aí fazendas de gado.

Na atualidade, é conhecida por possuir uma necrópole com características de cemitérios do Mar Mediterrâneo, e que a população acredita tratar-se do estilo “Bizantino”.

Este Cemitério foi tombado pelo IPHAN em 1980 e possui um conjunto de mausoléus em alvenarias de pedra e /ou tijolos, revestidos de reboco e caiados, ornamentados com arcos e pináculos, semelhantes a miniaturas de igrejas e capelas, sendo denominado pela população de “Bizantino”; constituindo-se num rico acervo artístico representativo de práticas religiosas e sócio-culturais referentes às interpretações da morte.

Cemitério de relevante interesse arquitetônico, dividido em duas partes: uma plana, murada (situada sobre os terrenos de aluvião do vale), onde estão localizadas covas rasas; e outra, constituída por um conjunto de mausoléus, (implantados sobre a encosta rochosa da serra).

Os sepultamentos realizados em Mucugê até o ano de 1855 foram realizados nas igrejas de São João Batista e de Santa Isabel, ou em suas proximidades, constituindo-se uma prática arraigada às tradições baianas. Porém, desde as determinações da Carta Régia de 1801, promulgada pelo Imperador D. Pedro I, em 1828, proibia-se os sepultamentos no solo dos templos católicos, recomendando-se a construção de cemitérios extra-muros. Mas, somente a partir de 1855, influenciados pelas teorias higienistas dos miasmas e a ocorrência da Epidemia do Cólera em Salvador, atingindo também a população mucugeense, os sepultamentos passam a ser realizados fora dos muros da cidade.

A ameaça da Epidemia do Cólera espalhou-se pelo Brasil e, procurando-se seguir as instruções médicas, o lugar escolhido para a construção do cemitério seria “fora da cidade, longe de fontes d’água, em terrenos altos e arejados, onde os ventos não soprassem sobre a cidade e murados para evitar a entrada de animais (REIS,1991, p. 338).

Na Ata da Câmara Municipal de Santa Isabel do Paraguaçu, a 1º de outubro de 1855, está registrada “para evitar a terrível epidemia de *Cólera Morbus*, que nos parece ameaçar”, a contratação de um médico para o município: Francisco de Paula Soares. Coube a ele em assistência ao delegado e ao reverendo vigário, uma vistoria para definir o local do cemitério público, que seria feito às custas da municipalidade. No dia seguinte, tamanha era a urgência e o pavor da epidemia, que o registro do local já consta na Ata: a comissão comunica à mesa que havia encontrado um local ideal, perto da “Biquinha” (CORREIO DA BAHIA, 03 de set. de 2006).

A construção do Cemitério se prolongou por mais de trinta anos, reunindo construções de rara beleza, cuja concepção partiu de uma nova dimensão social surgida no âmago da sociedade mucugeense e católica do século XIX, que procurou mudar o foco do ritual fúnebre, transferindo para os túmulos os seus anseios de reconhecimento.

O seu caráter é coletivista, o que resulta numa certa uniformidade dos conjuntos artísticos desde os túmulos com datação mais antiga até os construídos na atualidade. Há uma harmonia singela na arquitetura modular e, originalmente nas soluções decorativas, o que pode também ser observado em cemitérios das cidades vizinhas, como o cemitério de Igatu, no distrito de Andaraí, que está passando por um processo de intervenção. Ao redor da Capela de São Sebastião, existe um cemitério semelhante ao Cemitério de Santa Isabel, no que se refere à implantação e tratamento dado aos mausoléus.

Para esta pesquisa foram seccionados 342 mausoléus, em detrimento das covas rasas, posto que os mausoléus, apresentam formas, representações e composições com características próximas às das Capelas existentes na região e, possivelmente, correspondem a um padrão estético e estilístico a ser identificado.

Os mausoléus foram selecionados, por serem categorias de construções de grande porte, que comportam sepultamentos primários, secundários, podendo ser efetuados em caixões ou urnas. Podem, também pertencer a vários indivíduos, de uma mesma família, grupo, organização, entidade civil ou religiosa.

Os mausoléus do Cemitério de Santa Isabel de Mucugê correspondem, tanto, uma capela, por apresentarem uma arquitetura eminentemente religiosa e cristã, como também, um monumento, porque correspondem a uma homenagem ao falecido.

A estatuária fúnebre é quase inexistente neste cemitério, e quando presente é dependente do mausoléu. Há ornatos, arcos e ogivas, bem como formas piramidais. No entanto, os dados obtidos, não permitem estabelecer comparações com a arquitetura bizantina, sendo necessário, portanto, aprofundar as pesquisas através de documentação secundária e entrevistas a profissionais, que, na atualidade, mantém o mesmo tipo de construção funerária.

REFERÊNCIAS

DERBY, Orville Adalbert. **Lavras Diamantinas. Relatório apresentado ao Secretário da Agricultura do Estado da Bahia.** Boletim da Secretaria da Agricultura, Viação e Indústria e Obras Públicas do Estado da Bahia, nº. 30. Mining Magazine, XII. nº. 2, New York, Economic, Geologic, I, nº.2, Urbana Estados Unidos, Smithsonian Reporter for 1906.

CATHARINO, José Martins. **Garimpo, Garimpeiros, Garimpagem,** Rio de Janeiro: Philobiblion. Salvador: Fundação Econômico Miguel Calmon, 1986.

CORREIO DA BAHIA, 03 de set. de 2006.

FUNCH, Roy. **Um Guia para o visitante da Chapada Diamantina. O Circuito do Diamante.** O Parque Nacional da Chapada Diamantina Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: EGBA, 1997.

GUIMARÃES, Archimedes P. **As Lavras Diamantinas.** Separata da Revista Gemologia, Ano II, nº. 8. 1/7, 1957.

NETO, Otoniel Neto. **Theodoro Sampaio e a Chapada Diamantina.** Trechos da Expedição de 1879/1880. Brasília: Ed. Do Autor, 2005.

SAPUCAIA, Roberto. **Trilhas e Caminhos. Guia Turístico e do Meio Ambiente.** Salvador: Secretaria d Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.

SALES, Fernando. **Memória de Mucugê.** Salvador: EGBA, 1994. SAMPAIO, Theodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina.** Bahia: Ed. Cruzeiro, 1938.



TEIXEIRA, Cid. **Mineração na Bahia. Ciclos históricos e panorama atual**: Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio e Mineração, 1998.